

Processo de Transição do “Socialismo” para a Economia de Mercado (Capitalismo ou Neoliberalismo) em Moçambique

Chico Francisco Faria¹

Resumo

Processo de transição em Moçambique enfrentou uma situação absolutamente crítica, num contexto de crise internacional -- os países do Bloco Socialista estavam em colapso, que levou o país a uma completa incapacidade de endividamento, forçando o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suportar a economia. O FMI e o Banco Mundial tiveram um papel financeiramente importante nos finais dos anos 80. Neste aspeto, não se pode dizer que foi um mau momento. Mas depois, as políticas que estavam por detrás, naturalmente, provocaram muitos problemas e, hoje, estamos nesta toda transformação do sistema econômico socialista para o neoliberal, que é fortemente influenciada pelo FMI e pelas forças internas e a nível Mundial.

Palavras-chave: Transição do “Socialismo”, Capitalismo ou Neoliberalismo, em Moçambique.

¹ Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na Escola de Serviço Social, Docente Universitário na Categoria de Assistente Universitário na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no curso de Serviço Social. Email: chicofaria1980@yahoo.com.br

Introdução

O tema é pertinente, porque o Processo de Transição do “Socialismo” para a Economia de Mercado (Capitalismo ou Neoliberalismo) em Moçambique. A passagem do socialismo ao capitalismo corresponde a um processo de transição em Moçambique. O socialismo teve muita importância, porque significou uma rutura muito grande em relação aos sistemas econômico, político e social, a forma de organização do Estado. A sua evolução, como em qualquer sistema complexo, depende não apenas das intervenções efetuadas, mas das condições iniciais. A estratégia socialista apresentava sinais evidentes de desmoronamento. Deste modo, o decréscimo dos níveis de produção não podia de modo algum compatibilizar-se com o nível de crescimento das populações, pelo que foi necessário fazer uma contração dos consumos, com impactos na redução da produção do bem-estar das populações e a consequente deterioração dos seus níveis de vida. Como resultado da situação econômica em que o país se encontrava, onde o decréscimo das receitas de exportação e o aumento das necessidades de importação se faziam presente, dia após dia aumentou a necessidade de financiamento internacional. Esta situação impeliu Moçambique a solicitar o ingresso, em 1984 ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, como forma de conseguir “trazer um necessário fluxo de apoio. As condições prévias para que isto acontecesse era que se pudesse chegar a um acordo sobre um programa de reabilitação econômica” (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1998.b, p.49).

Assim, os processos de transição são complexos quanto a ritmos, estratégias, prioridades e forma de lidar com as contradições existentes, dado que as leis econômicas que objetivamente persistem na sociedade são as leis do capitalismo. O objetivo geral deste artigo é compreender a contextualização histórica das causas de transição do “socialismo” (economia planificada) para a economia de mercado contemporâneo.

A partir destes objetivos, nos propomos a oferecer uma resposta a nossa pesquisa é de salientar que o Programa de Reabilitação Econômica e Social em 1987 (PRES) apresentava quatro objetivos importantes, segundo os autores acima mencionados:

- 1- Parar com a diminuição da produção;
- 2- Assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo;
- 3- Reinstalar o balanço macroeconômico através da diminuição do déficit orçamental;
- 4- Reforçar a balança de transações correntes e a balança de pagamentos.

Para que isto acontecesse, era necessário tomar uma série de medidas políticas a nível financeiro, monetário e comercial, que incluíam a privatização das empresas estatais, a liberalização do comércio, abolição do sistema de fixação de preços, dentre outras medidas todas de caráter neoliberal, busca

liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados e na defesa intransigente do individualismo.

Dessa forma, sob o ideário neoliberal se reduziu igualdade social à mera questão de igualdade de oportunidades ou condições para participar do mercado e essa ideia de igualdade é uma das marcas que vêm caracterizando o governo de Moçambique, depois que o partido no poder resolveu abandonar o socialismo. Note-se que o liberalismo, durante todo o tempo de sua existência, sempre esteve radicalmente contra a busca de maior grau de igualdade entre os grupos sociais e entre indivíduos, através da via de intervenção pública orientada pelo princípio da universalidade ou da igualação dos resultados.

1 . Colapso do Socialismo em Moçambique

No contexto histórico das alterações dramáticas que ocorreram no passado (longínquo e recente) ao nível da região austral da África, cuja influência é decisiva e ao nível planetário, sobretudo a correlação de forças entre o ocidente e o chamado bloco socialista, cujas tensões, no contexto da guerra fria, por exemplo, são representativas da dimensão, extensão e consequências do conflito, o que não só marca o posicionamento de Moçambique, mas lhe determina o percurso perante estas transformações, algumas das quais absolutamente vorazes. Moçambique procede de uma relação, quase sempre complexa, entre o centro e a periferia, onde a solidariedade e o conflito se cruzam permanentemente.

Desapoiado pelo ocidente a quando da sua emancipação política, primeiro, irá encontrar no bloco socialista, o apoio necessário para encetar a luta que está na origem da sua independência política. Também é importante pensar a relação com uma economia semiperiférica, como a sul-africana, semiperiférica no plano global, mas absolutamente central tendo em vista os países que gravitam à sua volta, de onde podemos assacar uma interdependência que não se pode iludir (FARIA 2017, p.113).

Neste contexto, é importante atentar à política de ‘engajamento construtivo’, o ‘instrumento’ utilizado para retirar Moçambique da esfera de influência do chamado ‘bloco comunista’. Acrescenta-se que a exigência para a obtenção da ajuda de que o país dramaticamente necessitava, nos tremendos anos 80, em plena emergência, seria a sua adesão ao Banco Mundial e ao FMI, ou seja, a adequação da sua política econômica ao chamado ‘Consenso de Washington’.

Deste modo, à adoção desta medida seguiu-se uma guerra civil e Moçambique enfrentou uma situação crítica, num contexto de crise internacional, estando os países do bloco socialista em colapso, o que levou o país a uma completa incapacidade e endividamento, forçando o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suportar a economia. “O Banco Mundial e FMI e tiveram um papel financeiramente importante nos finais dos anos 80”.

Neste aspecto, não se pode dizer que foi um mau momento. Mas depois, as políticas que estavam por detrás, naturalmente, provocaram muitos problemas e hoje estamos nesta transformação, do sistema econômico socialista para o capitalismo, que é fortemente influenciado pelo FMI (FARIA 2017, p.114).

2. Medidas Tomadas de Processo de Transição do “Socialismo” para a Economia de Mercado (Capitalismo ou Neoliberalismo)

Em 1983 a situação social, política e econômica se deterioraram ao ponto de tornar Moçambique extremamente vulnerável e dependente de ajudas humanitárias, para minorar os efeitos da guerra, das catástrofes naturais e das dificuldades econômicas enfrentadas. Naquele ano o governo fez um acordo de não agressão (que não vingou) com a vizinha África do Sul e outro (que vingou) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), iniciando o abandono de suas políticas socialistas.

As dificuldades econômicas enfrentadas foram de ordem diferente. Havia fatores internos, provenientes da distância entre os projetos da FRELIMO e a sua capacidade de realização. Assinale-se que o descompasso entre o que ela desejava e o que realmente poderia realizar estavam ligados a fatores históricos. Era fruto das propostas modernizantes e socialistas, no quadro progressista do sistema mundial vigente. Mas também se deparava com fatores externos provocados pela guerra de desestabilização, que almejava exatamente atingir a débil economia moçambicana (BELLUCCI, 2005).

A partir da década 80 apareceram as políticas neoliberais e os programas que visavam recuperar a economia, que tinha se endividado e desestruturado durante o período modernizador desenvolvimentista e viu reduzida a quase um terço a sua capacidade produtiva. O processo de modernização da economia em Moçambique deu-se lentamente no período colonial, com sinais consistentes a partir dos anos 60.

Esta bandeira, totalmente reformulada, foi retomada e aprofundada pelo governo socialista da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), constituído após a independência. Particularmente, em Moçambique, a crise da modernidade se deu nos moldes socialistas. Mas não podemos imputar a este, as razões da crise, pelo fato da grande maioria dos países africanos também se encontrarem em crise e que apenas poucos dentre eles vivenciaram a experiência socialista. Entretanto, é de se remarcar que a experiência socialista moçambicana, foi a mais profunda e duradoura na África 1976-1986 (BELLUCCI²).

Entretanto, em pouco tempo (menos de três anos, entre 1980 e 1983) um conjunto de fatos tornou evidente a impossibilidade de concretização dos objetivos do PPI. O discurso político persistia nos objetivos, admitindo a

² Bellucci, Beluce 2005 “Tem, mas acabou. Economia contemporânea em Moçambique”, Tesis de Doctorado, FFLCH, Dep. de Historia, USP, San Pablo, Brasil.

necessidade de revisão dos prazos. A continuidade e o agravamento da crise fizeram posteriormente esquecer o PPI, destacando, em síntese, os seguintes motivos:

“A guerra generalizou-se, tendo a RENAMO tomado a iniciativa militar e aumentado rapidamente a capacidade de luta com a passagem do apoio da Rodésia para a África do Sul depôs da independência do Zimbábue; algumas capitais de importantes distritos (como por exemplo do vale do Zambeze), foram ocupados durante cerca de dois anos sem que o exército do governo tivesse capacidade para o recuperar o território; existiam claros indícios das intenções da RAS e da RENAMO em dividir o país pelo centro (pelo rio Zambeze) e estabelecer um governo paralelo; a guerra generaliza-se em quase todo o país, alcançando zonas de grande importância econômica a sul do Save (o vale do Limpopo e as vias de acesso a Maputo começaram a ser persistentemente atacadas) e o planalto dos Marcondes onde a guerra de libertação tinha começado; paralelamente, o exército moçambicano revela incapacidade, perda de iniciativa e descrença no seio dos comandos militares; o exército do Zimbábue que já se encontrava dentro de Moçambique para proteger a linha de caminho de ferro e a estrada Beira - Mutare (cidade zimbabuana na fronteira de Manica), amplia a participação em operação de grande envergadura, como por exemplo na recuperação do vale do Zambeze, particularmente as instalações das então Sena Sugar States (Marromeu, Luabo, etc.) e no ataque ao quartel-general da RENAMO na Gorongosa. O Maláui que possuía relações com a RENAMO, contribui também com forças militares para a proteção do corredor de transportes Nacala-Malawi (MOSCA, 2005)”.

A destruição de infraestruturas assumiu proporções enormes. Em face disso Mosca (2005, p. 215) faz uma análise sobre os efeitos da guerra em Moçambique, dos quais se destacam os seguintes dados estatísticos:

- ✓ *Moçambique chegou a ter perto de 40% da população em situação de deslocada pela guerra.*
- ✓ *Entre 1980 e 1986, o PIB decresceu em mais de 30%, o crescimento econômico anual, no mesmo período, chegou a ser de -20% com mais de 5 anos de crescimento negativo.*
- ✓ *As despesas militares chegaram a representar entre 12 e 18% do PIB e entre 18% e 26% das despesas públicas durante os anos 1980.*
- ✓ *A dívida externa aumentou em quase 500% entre 1984 e 1992.*
- ✓ *Entre 1985 e 1993 (período mais violento do conflito), 63% de investimento direto externo foi cancelado.*
- ✓ *A destruição de infraestrutura foi devastadora. Apresentam-se alguns dados: cerca de 15% de barragens, 14% de pequenos sistemas de irrigação, 23% das lojas, 11% dos correios, 22% das administrações distritais, 40% das administrações municipais, etc., foram destruídos pela guerra.*

- ✓ O efetivo de cerca de um milhão e trezentas mil cabeças de gado bovino existente em 1980 passou para aproximadamente 250.000 em 1992, atribuindo-se que uma elevada percentagem desta evolução tenha sido por efeitos diretos e indiretos da guerra.
- ✓ Perto de 27% das locomotivas dos caminhos de ferro que existiam em 1989 foram destruídos ou danificados.
- ✓ Em 1991, 57,8% das escolas primárias estavam destruídas ou encerradas.
- ✓ A destruição de centros de saúde e os assassinatos de técnicos de saúde era alvo importante para a RENAMO; Cliff e Noormahomed (1988) e o documento da UNICEF (1988), *Children on the Front Line*, referem-se em particular a estes aspectos. Os principais indicadores de saúde tiveram retrocessos de décadas (veja-se em qualquer fonte estatística).
- ✓ O número de deslocados e de refugiados nos países vizinhos alcançou mais de 40% da população moçambicana, Green (1991) e Mosca (2005); esta autora estima em perto de 180 mil moçambicanos exilados em 1986, principalmente na RAS, no Zimbábue, na Zâmbia e na Suazilândia.
- ✓ Surge a crise das economias socialistas, o que se reflete na cooperação e ajuda, as linhas de crédito e a assistência técnica reduzem-se e os grandes projetos de desenvolvimento colapsam, seja pela guerra, seja devido à redução dos apoios externos. A ajuda existente no ocidente não chega e Moçambique isola-se.
- ✓ A pobreza aumenta, o número de deslocados de guerra e a concentração da população em redor dos centros urbanos sobem rapidamente.

Portanto, indica que, não obstante a gravidade revelada por estes valores, as consequências psicológicas, os traumas pessoais, as mudanças nas relações interpessoais e algumas manipulações sobre as diferenças étnicas, deixarão sequelas que poderão construir dificuldades para os períodos seguintes; a crise, o conflito, a pobreza, etc., elevaram os conflitos em suas formas mais violentas, seja sob a forma de guerra, seja ao nível social e político (MOSCA, 2002).

A partir dos princípios dos anos 1980, surgem os primeiros sinais de uma grave crise econômica e é particularmente em 1983 que começam a ser tomadas medidas que conduziram à adoção, em princípio de 1987, do programa de reabilitação econômica (PRE).

É interessante o estudo das reformas para se fundamentar a análise apresentada da experiência 'socialista' moçambicana. Antes, porém, refere-se de forma muito breve a questões que revelam aspectos positivos desde período e que se encontram fundamentados ao longo desta seção. Destacam-se os seguintes:

- *Primeiro Moçambique apesar da turbulência do período de transição assegurou a sua independência e evitou a concretização de opções racistas, na tentativa de formação de uma África austral branca, bem como de outras tentativas neocoloniais.*

- Segundo, existiu a libertação política de um país, acompanhada de uma exploração de afirmação cultural e de identidade nacional (mesmo que sem a criação de nação), em redor de um movimento de libertação e posteriormente de um partido que congregava o apoio e possuía legitimidade de uma grande maioria da população em consequência de representar a independência e possuir um discurso libertador e em defesa dos colonizados e dos pobres.

- Terceiro, a FRELIMO assegurou a unidade do país, não obstante, as tentativas de dividi-lo pela via militar. Existem autores que questionam se um sistema de vários partidos, no contexto de África Austral dos anos 1970, teria assegurado a unidade do país.

- Quarto em guerra, em crise e com elevadíssimos custos humanos, econômicos e de sofrimentos dos cidadãos, Moçambique foi intransigente no apoio e na participação direta na libertação dos povos da África austral, incluindo quanto à apartheid.

- Quinto, existia um discurso claramente moderno, anti-tribal e não racista, não obstante estes mesmos elementos serem objetos de debate e de alianças na direção da FRELIMO e algumas práticas poderem ser apontadas como contrárias.

- Sexto, o discurso quanto às opções políticas e às primeiras medidas econômicas e sociais, embora criasse cisões e marginalizasse importantes grupos sociais nacionais e estrangeiros, apresentavam um projeto nacional.

- Sétimo, o contexto político da independência, considerando-se as opções ideológicas, algumas medidas econômicas de curto prazo tiveram sentido, não existindo alternativas imediatas: como assegurar que as empresas continuassem a laborar e não houvesse um desemprego generalizado com consequências sociais imprevisíveis?

- Oitavo, não há dúvida de que existiram grandes esforços ou resultados positivos nas áreas sociais: as acessibilidades aos serviços básicos alteraram-se embora com redução da qualidade; os números de centros de saúde, de escola e de alunos multiplicaram-se; alfabetizaram-se mais moçambicanos em cinco anos do que em cinco séculos de colonialismo.

- Nono, até o início de 1980, os casos de corrupção eram limitados e de valores reduzidos, existindo um firme combate às diversas formas de corrupção no quadro de uma forte disciplina.

- Décimo, a política externa foi ágil e pragmática, encontram-se alternativas temporárias nas relações econômicas externas, em face de um ambiente hostil o apoio militar surgiram muitos países iniciaram uma cooperação solidária (como por exemplo, os países nórdicos), as relações diplomáticas nas organizações internacionais tiveram bastante êxito e evitaram-se posições políticas e diplomáticas de alinhamento que prejudicariam Moçambique, como por exemplo, em relação a conflito sino-soviético.

Com a crise econômica aguda se manifestou a partir dos primeiros anos da década 80. Com a guerra em que todo o país, conflitos regionais, a crise dos

países socialistas, o crescimento da dívida externa e a conseqüente redução dos financiamentos externos, cerca de 40% da população deslocada ou desalojada dos seus locais de residência e sem poder produzir, a fome crescente agravada pelas secas dos anos 1982 e 1983, a capacidade do exército debilitada e a iniciativa militar do lado da RENAMO, obrigaram a FRELIMO e o Governo moçambicano a tomarem um conjunto de iniciativas que pretendiam:

- ✓ *Romper o isolamento diplomático com os principais países ocidentais, considerando a crise das economias socialistas, com o objetivo de obter o apoio econômico e ajuda internacional.*
- ✓ *Encontrar soluções para a paz na região.*
- ✓ *Introduzir reformas econômicas que dessem sinais aos países ocidentais e às instituições financeiras internacionais acerca dos reais desejos de mudança da FRELIMO (MOSCA, 2005).*

Estes objetivos estavam intimamente relacionados, a diplomacia era fundamental para a paz, esta era necessária para sustentar a crise, as reformas econômicas eram importantes para sustentar a diplomacia e eram desejáveis vitórias no campo de batalha, para que as negociações de paz se realizassem em situação militares não desfavoráveis.

Os objetivos e as estratégias da atuação foram concebidos de forma muito restrita e nunca constituíram consenso ao nível da direção da FRELIMO... muita gente na direção tinha as suas dúvidas sobre a estratégia traçada por Machel. Machel estava efetivamente isolado. Recordam-se os rumores de uma tentativa de golpe de Estado, as suspeitas de encontros 'secretos' de altas patentes militares com a RENAMO e ainda posturas combatíveis manifestadas pelo exercício em várias circunstâncias da guerra.

Comandos militares manifestavam-se, em reunião contra as decisões presidenciais (como por exemplo, a tentativa de incorporação de antigos militares das forças especiais do exército português) e recusavam a cooperação militar com o ocidente. A segunda conferência com a OJM (Organização da Juventude Moçambicana realizada em março de 1986) denunciou a cooperação no seio do exército e questionou porque razão os moçambicanos não negros não eram incorporados ao exército, mas apenas ao aparelho do estado.

Segundo alguns estudiosos, esta estratégia tinha como objetivo sustentar a crise sem comprometer o projeto socialista; isto é, pretendia-se ganhar tempo, adiar os objetivos mantendo a fidelidade aos princípios políticos e ideológicos e as opções do socialismo. O IV Congresso da FRELIMO realizado em 1983 foi considerado o momento do maior debate político sobre a crise no país.

Abrahamsson e Nilsson (1994, p.65) mencionam: no Congresso, os delegados criticaram a estratégias de desenvolvimento, o seu gigantismo e os esforços unilaterais nas 'machambas'³ estatais. Os delegados exigiam o aumento do

³ Machambas são campos de cultivos de agricultura (roças).

apoio às famílias camponesas e às cooperativas. Foram também ouvidas vozes que defendiam que os empresários deveriam ter maior espaço de manobra na economia. Neste Congresso não existiram críticas ao sistema apolítico, o que se verificou no V e VI Congresso de 1989 e 1991, respectivamente.

Em suma, IV Congresso (FRELIMO, 1983), confirma com uma menor radicalização verbal, as opções políticas e econômicas da pós-independência. No entanto, é reconhecido o papel do setor privado no desenvolvimento, desde que integrado no quadro das diretivas do plano. Referiu-se à importância da descentralização do estado, de uma maior autonomia das empresas estatais e a necessidade de introdução de critérios econômicos na gestão. Foi admitida a importância do setor familiar na agricultura e a necessidade de apoio, nomeadamente através da extensão rural e da comercialização (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994).

2.1. Referimo-nos agora às ações mais relevantes para a aplicação da estratégia:

- I. *As mudanças diplomáticas e o acordo do Nkomati;*
- II. *A ofensiva militar;*
- III. *As reformas econômicas.*

O acordo de Nkomati foi assinado em março de 1984, após mais de dois anos de conversações secretas, foi um acordo de não agressão e boa vizinhança. As altas partes contratantes não opinaram de qualquer forma quanto às forças armadas de qualquer estado ou conjunto de estados, que tinham sido mobilizadas contra a soberania e independência política da outra parte. Moçambique não tinha praticamente custos: não possuía bases soviéticas, nem as tinha prometidos a Moscou; não existiam bases militares ou de treino do ANC em Moçambique.

Em contrapartida, Moçambique recebia o compromisso formal da RSA de não apoiar a RENAMO, não atacar o país com seu exército regular e abordou se a questão da retoma da utilização dos corredores moçambicanos para as importações e exportações sul-africanas.

As elites moçambicanas e os analistas tinham interpretações diferentes acerca do acordo: uns, consideravam o acordo como uma derrota interna e uma traição ao ANC; outros defendiam os acordos como uma medida pragmática no quadro do que alguns analistas referiam como uma tática de ganhar tempo, recuperar a economia, reduzir a situação de pobreza e instabilidade, ao mesmo tempo em que se preparavam as opções de desenvolvimento socialista.

Pela parte sul-africana, resistiram os dirigentes do ANC, registrando o acordo como se tivesse sido uma traição da FRELIMO; comparou-se Moçambique a mais um bantustão e Samora Machel a um chefe tribal. Por seu lado, o regime da RSA pretendia atenuar o conflito em Moçambique para se concentrar na guerra de Angola, reduzir a contestação interna sobretudo dos grandes interesses econômicos que pretendiam aplicar nos mercados os investimentos,

baixar o peso das despesas militares e diminuir o prestígio da FRELIMO no seio dos sul-africanos negros.

A intenção última da RSA era mudar os governos de Moçambique e de Angola ou fazê-los renunciar às opções socialistas. Porém, o acordo de Nkomati não se referia a estes aspectos, o que levou Carlos Cardoso a afirmar o seguinte: nenhum regime do mundo gasta um bilhão de dólares por ano para conseguir pactos de não agressão. Gasta-se esse dinheiro para mudar governos ou levá-los a mudar de rumo. E foi isto que o regime sul-africano quis na África austral, segundo Fauvet e Mosse. (ABRAHAMSSON E NILSSON, 1994, p.214).

Esta posição sul-africana é também um recuo das intenções iniciais de derrubar os governos da FRELIMO e do MPLA em Angola. Em Moçambique, estas mudanças aconteceram, não só na política e nas relações externas como no poder. Cahen (1987) refere algumas mudanças significativas introduzidas após a chegada de Chissano ao poder, sobretudo nos dirigentes que mais se opunham a algumas reformas. Estas mudanças prosseguiram ao longo de anos; a FRELIMO de Chissano, no que diz respeito aos dirigentes mais destacados, pouco tem a ver com o partido de Samora Machel.

Moçambique cumpriu os acordos de Nkomati e os documentos apreendidos na base central da RENAMO, em Gorongosa, provam que a RSA continuou a apoiar a guerrilha. As guerras continuavam e não existiam perspectivas de soluções militares. Nestas circunstâncias não existiria recuperação econômica e começaram as negociações entre a FRELIMO e a RENAMO com a RSA como intermédia, como, por exemplo, a que originou a conhecida 'Declaração de Pretória'. No entanto, a paz tardaria a chegar.

Paralelamente, Machel fez uma 'ofensiva' diplomática na Europa e nos EUA em 1983. Também esta *démarche* foi considerada, em alguns ciclos, como uma viragem política da FRELIMO, ou que Moçambique estava sendo abandonado pelos países socialistas, segundo Fauvet e Mosse. Como resultado, foram desbloqueados alguns pontos diplomáticos, cedeu a agressividade militar de alguns países e Moçambique saiu da lista negra americana, em finais de 1983. (ABRAHAMSSON E NILSSON, 1994).

As reformas econômicas constituíram as mudanças mais importantes deste período. Face a candidatura de Moçambique a membro efetivo do COMECON, iniciaram-se as conversações com o FMI e o BM e a admissão do país nas IBW aconteceu em 1984. Anteriormente, em 1980, Moçambique aderiu ao Banco Africano do Desenvolvimento (BAD) e foi admitido como observador da convenção de Lomé. As reformas econômicas, o acordo de Nkomati, a garantia de não existência de bases soviéticas na região e a abertura política e diplomática, eram condições exigidas para que os países ocidentais e as IBW revisassem as relações com Moçambique.

As mudanças políticas, diplomáticas e econômicas da FRELIMO foram em alguns ciclos recebidas com surpresa. Poucos anos antes (início dos anos 80) houve, por exemplo, dois acontecimentos que poderiam aparentar uma maior radicalização do processo moçambicano:

O primeiro foi ‘desmantelamento’ de uma rede da CIA em Moçambique, envolvendo agentes americanos e moçambicanos, cujos principais alvos de espionagem eram as forças de defesa e segurança e alguns dirigentes, nomeadamente, Samora Machel.

O segundo foi a ‘ofensiva política e organizacional’ desencadeada pelo presidente, que pretendia detectar casos de corrupção, negligência e má gestão, sobretudo nas empresas estatais e nos órgãos do aparelho de Estado. Estas operações insidiam sobre questões de superfície como, por exemplo, limpeza e arrumação dos locais de trabalho, horários de trabalho e disciplina, métodos de direção dos responsáveis etc. Defendia-se que este aspecto refletia e justificava as razões profundas da crise, por serem medidas tomadas no momento, desde a ordenação (de medidas de superação das irregularidades) até à punição imediata dos supostos responsáveis. Os efeitos práticos foram muito limitados.

Alguns autores, como Cahen (1987), consideram os resultados das ofensivas como catastróficas e sem alteração das questões essenciais. Elas reforçavam o carisma do presidente, protegiam-no e desresponsabilizavam-no perante a população, dos erros e abuso do poder do Estado e das forças de defesa e segurança e procuravam legitimar a FRELIMO contra o inimigo infiltrado (os corruptos e incompetentes).

A *posteriori*, poder-se-ia sugerir que esta operação reflete situações de desespero e desconfiança no aparelho do Estado, descrença sobre as linhas de comando e continuação da velha crença na questão de infiltração do inimigo interno.

Porém, para outros estudiosos, já no início de 1980, existiam sinais de alguma redução do radicalismo político. São os casos de privatização das microempresas, intervencionadas após a independência (comércio, barbearias etc.) e denunciadas por Machel durante a ofensiva político - organizacional, em princípio dos anos 80, como manifestações de esquerdismo.

2.2. As Primeiras Medidas Econômicas do Capitalismo em Moçambique

Quando da introdução do capitalismo no país, foram tomadas as seguintes medidas econômicas:

- ✓ Liberalização de alguns preços alimentares não essenciais (hortaliças, vegetais frutas, animais de pequenas espécies).
- ✓ Introdução de reformas nas empresas estatais.
- ✓ Reformulação da política econômica rural, designadamente, distribuição de terras aos setores privado e a camponeses, abrandamento da política de cooperativização e das aldeias comunais e criação de uma rede de extensão rural para apoiar a produção de pequena escala.
- ✓ A importação e exportação de determinados produtos foram autorizadas a agentes econômicos privados.

Segundo Mosca (2005) menciona uma reunião de conselho de ministros a 8 de maio de 1985, onde se decidiu:

1. *A liberalização parcial dos preços e dos salários.*
2. *Incentivo e isenções fiscais à nova empresa.*
3. *Liberdade de circulação de bens em todo o território nacional.*
4. *Obrigação da empresa estatal para a redu o dos prejuízos e obten o de lucros.*
5. *Introdu o de incentivos materiais.*
6. *Liberdade de realiza o de parcerias entre empresas moçambicanas privadas e investidores estrangeiros.*
7. *Possibilidade de importa o e exporta o direta pelos agentes econômicos licenciados.*

Verifica-se que o conjunto destas reformas pretendia por um lado incentivar a produ o, facilitar as importa es de alimentos e buscar mais ajuda alimentar internacional para reduzir a fome e proteger a FRELIMO e, por outro, negociar a d vida externa que estrangulava a economia e convencer as organiza es internacionais para a obten o de financiamentos para novos projetos.

A liberaliza o dos preços de alguns produtos alimentares permitiu que os bens que eram vendidos no mercado paralelo (ou informal) surgissem abertamente no mercado, ampliando a procura e incentivando a produ o. Teoricamente, os preços deveriam ter subido em rela o aos anteriores administrativamente estabelecidos (mas que não existia oferta no mercado). E diminuído, relativamente aos preços praticados na ‘candonga’⁴. Estas vendas eram feitas realmente por senhoras que comercializavam quase ‘clandestinamente’, não são relativamente   polícia (nos primeiros tempos) como em rela o aos esposos, considerando que a atividade comercial tocava ao homem, no quadro da divisão sexual do trabalho das famílias. Os agricultores privados vendiam os seus produtos diretamente na casa dos técnicos estrangeiros e do corpo diplomático, que pagavam em dólares americanos.

Iniciava-se a ‘dolariza o’ da economia que o governo viria a sustentar através da cria o das lojas francas que, segundo as justifica es oficiais, tinham como objetivo captar as divisas que os cooperantes gastavam com compras de bens de consumo na África do Sul, absorver os rendimentos dos mineiros e reduzir o mercado paralelo de divisas.

Os quadros superiores do partido e do estado também gastavam nestas lojas as poupanças realizadas do *pocket money*, atribuído às viagens de trabalho ao exterior. Inicia-se um mercado paralelo de divisas (sobretudo do dólar americano e do Rand) a troca de divisa realiza-se nos bazares das cidades e nas lojas dos comerciantes asiáticos, que estabeleciam de forma combinada a taxa de câmbio.

⁴ Termo ‘candonga’ utilizado em Moçambique, que significa mercado paralelo.

Segundo Mosca, os comerciantes indianos estavam organizados em *networks* com triangulações de trocas de mercadorias e divisas entre a África do Sul e países do golfo, Moçambique, Dubai, Londres etc.

A posse do dólar representa o acesso a bens importado não existentes no mercado e introduz maior visibilidade a uma clivagem social em curso. Têm dólares os cooperantes estrangeiros, os quadros superiores das burocracias e os mineiros (estes procuram obter moeda local). As importações de bens da RSA revelam, uma vez mais, a existência de corrupção nos postos alfandegários, segundo Hanlon (1996), sobretudo na fronteira com a África do Sul, assunto que voltará a ser referido.

No trabalho de Francisco *et al.* (1987, p.34) confirma-se que a produção de hortaliças aumentou e mais de 80% de consumidores considerou que após a liberalização de preços de frutas e vegetais, a qualidade e a quantidade de produtos aumentaram no mercado. A totalidade destes menciona também que o atendimento pelos vendedores melhorou. Segundo os registros que existiam nas estradas de acesso à cidade de Maputo, produtos hortícolas aumentaram de cerca de 15, 4, mil toneladas em 1983 para perto de 19,6 mil toneladas em 1986 (registro de julho a dezembro dos respectivos anos) o que corresponde a um aumento de 27,3% em 3 anos, o setor privado foi o principal responsável, que passou de 5,7 mil para 12,6 mil toneladas. (FRANCISCO *et al.*, 1997).

Segundo os mesmos autores, a produção de hortícolas declinou a partir de 1987. Existem vários fatores que o justificam: os produtores começaram a diversificar a produção, considerando a saturação do mercado em produtos hortícolas. Surgiram outros produtos alimentares, tanto os importados da RSA por privados, como os da ajuda alimentar; por outro lado o poder aquisitivo dos salários começou a diminuir com a implementação do PRE em 1977.

A liberação terminou com sincretismo e a venda/compra 'clandestina,' os riscos econômicos e sociais (repressão policial e pressão social) terminaram, mas mantiveram-se os conflitos familiares considerando que continuariam sendo as senhoras as principais vendedoras. Os agricultores privados deixaram de ter receitas em divisas por esta via. A liberação ampliou a acessibilidade aos produtos, afetando negativamente os que, anteriormente, conseguiam adquirir os escassos bens nos mercados formais e beneficiaria os que adquiriam os produtos na candonga, considerando a redução dos preços.

Não obstante, os preços não eram acessíveis à maioria da população das cidades. Em médio prazo, os preços não deixavam de subir rapidamente, considerando que a inflação disparou e os preços reais aumentaram dificultando o poder de compra dos grupos sociais mais pobres (e não só estes). O processo inflacionário foi abrangendo crescentes bens e serviços e o anúncio da liberação de alguns bens alastrou-se para outros, sem anúncios nem decisões governativas, iniciava-se o 'descontrole' da economia, a passagem de uma economia centralizada para o mercado desregulado.

Nos princípios dos anos 80, organizou-se o gabinete das zonas verdes (GZV) da cidade de Maputo, que tinha como principais objetivos:

1. Incentivar a produção de vegetais, frutas e animais de pequenas espécies para a redução de fome e aumento de auto - suficiência alimentar;
2. Gerar emprego e elevar os rendimentos das famílias.

Considerações Finais

O socialismo apresentava sinais evidentes de desmoronamento. Deste modo, O decréscimo dos níveis de produção não podia de modo algum compatibilizar-se com o nível de crescimento das populações, pelo que foi necessário fazer uma contração dos consumos, com impactos na redução da produção do bem-estar das populações e a consequente deterioração dos seus níveis de vida. Em contrapartida, as conversações para adesão ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) avançavam progressivamente no cenário socioeconômico local, o que veio a resultar no lançamento das reformas econômicas. Em meados da década de 80, são visíveis os esforços da FRELIMO no campo político e econômico, para alterar as consequências negativas resultantes da estratégia de desenvolvimento utilizada anteriormente. No entanto, à adoção desta medida seguiu-se uma guerra civil e Moçambique enfrentou uma situação absolutamente crítica, num contexto de crise internacional -- os países do Bloco Socialista estavam em colapso, que levou o país a uma completa incapacidade de endividamento, forçando o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suportar a economia. O FMI e o Banco Mundial tiveram um papel financeiramente importante nos finais dos anos 80. Neste aspeto, não se pode dizer que foi um mau momento. Mas depois, as políticas que estavam por detrás, naturalmente, provocaram muitos problemas e, hoje, estamos nesta toda transformação do sistema econômico socialista para o neoliberal, que é fortemente influenciada pelo FMI e pelas forças internas e a nível Mundial.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique**, Department of Peace and Development Research Gothenburg University/Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais-Instituto Superior de Relações Internacionais, Göteborg-Suécia: Chalmers reprocentral, 3. ed., 1998.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Department of Peace and Development Research Gothenburg University/Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais-Instituto Superior de Relações Internacionais, Göteborg-Suécia: Chalmers reprocentral, 2. ed., 1998b.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento no período 1974 -1992**. Maputo. CEEI/ISRI, 1994.

BELLUCCI, Beluce. **Tem, mas acabou: economia contemporânea em Moçambique**. 2005. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

CHEN, M. **Revolução em Moçambique**. Paris, 1987.

FARIA, Chico Francisco. **A pobreza em Moçambique no contexto de difusão do ideário neoliberal**. (Serviço Social 2). Universidade Federal do Rio de Janeiro: CAPES, 2017.

FRANCISCO, Antonio et al. **Estudo do Sistema de Mercado de Hortícolas e Frutas e Impacto da Liberação dos preços**. Report presented to the Government of Mozambique and the World Bank. Maputo, 1997.

GEFFRAY, Christian. **A Causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HANLON, Joseph. **Paz sem Benefício: como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique**. Maputo: CEA/UEM, 1996.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique: Século XX**. Lisboa. Editora Instituto Piaget, 2005.

MOSCA, João. **Encruzilhadas de África. Ênfase para os PALOP**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2002.